

**As Novas Tecnologias no Capitalismo Global: Impactos da “uberização” no território urbano***The New Technologies in Global Capitalism: Impacts of “uberization” on urban territory*Ivan Simões Garcia<sup>1</sup>**Resumo**

O presente trabalho pretende abordar o processo de urbanização que o capitalismo contemporâneo tem realizado, especialmente utilizando as novas tecnologias da informação e comunicação no processo de reprodução e expansão do capital. As cidades tem sofrido um enorme impacto com as contradições causadas por esse processo de organização espacial, ocasionando uma série de problemas sociais, que concorrem ainda mais para o recrudescimento da crise e que o Direito encontra grande dificuldade em resolver.

**Palavras-Chave:** Capitalismo; Globalização; Território; Urbanização; Tecnologia

**Abstract**

This paper intends to address the process of urbanization that contemporary capitalism has undertaken, especially using the new information and communication technologies in the process of reproduction and expansion of capital. Cities have been greatly impacted by the contradictions caused by this process of spatial organization, causing a series of social problems, which further contribute to the resurgence of the crisis and which law finds it very difficult to solve.

**Key-Words:** Capitalism; Globalization; Territory; Urbanization; Technology

**Sumário**

---

<sup>1</sup> Advogado. Professor Adjunto de Direito do Trabalho da UERJ, UFRJ e PUC-RJ. Membro permanente do Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Direito do Trabalho (PUC-SP). Doutor em Filosofia (UFRJ). Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado (PUC-RJ). O presente artigo é fruto parcial de pesquisa realizada no grupo de pesquisa cadastrado no CNPq “Trabalho, Capitalismo e Direitos Fundamentais”, desenvolvido no âmbito do PPGD-UERJ. E-mail: ivansimoesgarcia@gmail.com

1. Introdução. 2. A organização da produção capitalista em cadeias globais: desterritorialização. 2.1. Os Processos de Globalização e a Globalização Capitalista Atual. 2.2 A Globalização Capitalista Atual. 3. A “uberização” das relações sociais e do trabalho. 3.1 Capitalismo Global e Superexploração do Trabalho. 4. Os impactos da “uberização” no território urbano. 5. Conclusão.

## 1. Introdução

Este trabalho busca se debruçar sobre o território – especialmente o das cidades – considerado como matriz da vida social (SANTOS, 2001)<sup>2</sup> e seus processos dinâmicos no contexto histórico atual. Mais detidamente se observa que os processos de ocupação do território urbano têm passado por diversas transformações na forma de produzir, consumir, pensar e organizar o tempo.

A urbanização tem revelado que as relações humanas se encontram envoltas em processos cada vez mais contraditórios: o trabalho – cada vez mais alienado e estranhado – encontra cada vez menos sentido. O consumo, desmesuradamente valorizado, eleva-se a padrões cada vez menos atinentes à felicidade humana. As inovações tecnológicas que deveriam surgir para que nós tivéssemos mais tempo para desfrutar de forma livre, reflexiva e criativa, torna esse bem cada vez mais escasso, esvaído em trabalho, no transporte ou mesmo em frivolidades hipnóticas dos aplicativos de celular.

Para investigar algumas causas desses processos de urbanização tenham tomado essas formas é preciso compreender de modo mais abstrato o contexto de tais transformações nos mecanismos de acumulação de capital, já que o capitalismo utiliza a urbanização como uma atividade direcionada para uma gama de investimentos rentáveis (HARVEY, 2014) como, por exemplo, para a indústria da construção civil, para a indústria automobilística, a indústria das telecomunicações e para a indústria de combustíveis fósseis que lhes dá suporte.

O contraste entre condomínios de luxo e equipamentos de oportunidade cultural e social, com as condições degradantes das favelas sem acesso à infraestrutura mínima, a rigor, reforçam as condições de valorização do trabalho.

---

<sup>2</sup> Milton Santos pontifica que “o território, em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica. A categoria de análise é o território utilizado.” Com efeito, metodologicamente nos valem da utilização do conceito de território como espaço vivo, que compreende a materialidade natural e humana em dinâmica interdependência no tempo: desde o passado objetificado nas coisas e nas ações presentes. (SANTOS e SILVEIRA, p. 247).

Portanto, trata-se de investigar, em última análise, como a acumulação capitalista vem afetando as nossas vidas. Como ela vem causando degradação ambiental, desigualdade social e deterioração da saúde das pessoas.

Ressalta-se como o intenso processo de inserção da tecnologia na produção e circulação de mercadorias vem redimensionando o mundo da vida em sua capilaridade mais cotidiana. A alteração do modo como se produz, e o papel das tecnologias da informação e comunicação vem configurando uma mudança na vida das pessoas que se reflete no espaço territorial da cidade.

Essas reconfigurações do trabalho, da urbanização e da vida, afinal representam o capítulo mais recente do longo processo de expansão e reprodução do capital, estando este processo, e suas contradições intrínsecas, aqui simbolizadas pelo fenômeno que será descrito como uberização.

O presente artigo se vale da metodologia dedutiva para se basear na revisão de análises teóricas de alguns autores, especialmente orientados pelo método materialista dialético, aplicado sobre uma determinada visão crítica do território e o processo de urbanização, dentre os quais se destacam Milton Santos e David Harvey.

A revisão teórica abrange também algumas análises sobre os processos de transformação da morfologia do trabalho diante das inovações tecnológicas da era digital e o impacto na vida dos indivíduos sob o recorte do território.

Finalmente o artigo se propõe analisar alguns dos principais limites e possibilidades da regulação jurídica diante dessas transformações.

Conhecer empiricamente um fenômeno significa conhecer os processos sociais que o engendraram. E ainda: conhecer sua gênese, não significa conhecer apenas sua estrutura sócio-histórica, mas compreender o movimento, a dinâmica e a série de fenômenos históricos que se sucedem e alteram sua função social radicalmente na história.

Compreendemos que a clareza de pensamento com relação ao tema é a condição de possibilidade para esquadrihar as formas de enfretamento e quiçá de compreensão e superação dos problemas oriundos do impacto das novas tecnologias no processo de urbanização orientado pelo capitalismo.

Advertimos, no entanto que a análise padece sempre de uma limitação do horizonte dada pela inserção do observador na dinâmica do próprio fenômeno observado e enquanto ele se desenvolve. Consequentemente este artigo não é mais do que uma mirada, limitada, possível no meio de conjunto de transformações, guiado pela própria indeterminação do futuro desse objeto fenomênico.

No entanto, é uma análise necessária, uma vez que reconstituir o contexto histórico das transformações que se observam na cidade é a tarefa crítica da teoria que se pretende desvencilhar de idealismos e outras visões ideológicas que fragmentam ainda mais a realidade já atomizada em suas manifestações.

## 2. A Organização da Produção Capitalista em Cadeias Globais: Desterritorialização

O Modo de Produção é o fundamento ontológico da sociedade humana. A maneira como se dá a (re) produção do ser social, a humanidade, sujeito único da história. Não é apenas a produção de bens materiais, mas também a circulação, distribuição e do consumo, como etapas de um processo amplo e único.

A sociedade humana se contradiz pela luta de classes e se pluraliza na história por meio das múltiplas Formações Sociais coexistentes e sucessivas, que se compõem de modos de produção que baseiam formas de consciência e de instituições criadas.

Superestrutura (modos de produção) e Infraestrutura (formas de consciência e instituições sociais) se articulam em cada formação social. Na categoria formação social se conjugam sistema e história, o que não se consegue com a idealista “sociedade civil” ou a formalista “sociedade global”.

As formações sociais podem encontrar sua base material num único modo de produção, ou vários modos de produção, dos quais o dominante determinará o caráter geral da formação social.

Mesmo no interior de um único modo de produção não há pureza: ele traz em seu bojo elementos remanescentes dos modos de produção anteriores<sup>3</sup>.

O Modo de Produção é o modo de reprodução continuado de relações de produção e das forças produtivas.

---

<sup>3</sup> A referência que Marx faz à quatro grandes épocas históricas identificadas com os modos de produção asiático, escravista, feudal e burguês não indica uma linha uniforme de desenvolvimento histórico, mas apenas uma linha de evolução que serve para analisar a história da Europa. São meros instrumentos de ciência social e não se trata, muito menos, de uma filosofia da história apriorística, determinista e teleológica, como esterilizado pelo stalinismo e seu esquema oficial. In: MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.5.

Os homens sempre produzem como seres sociais ainda quando produzem como indivíduos isolados. Isso porque estabelecem relações sociais objetivas (econômicas) independente da vontade, ainda que possam ter alguma consciência delas. São essas relações – relações de produção – que formam a base para as demais relações sociais.

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.

Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. [...] E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, pelo contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

[...] A grandes traços podemos designar como outras tantas épocas de progresso, na formação econômica da sociedade, o modo de produção asiático, o antigo, o feudal e o moderno burguês. As relações burguesas de produção são a última forma antagônica do processo social de produção, antagônica, não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que provém das condições sociais de vida dos indivíduos. As forças produtivas, porém, que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a solução desse antagonismo. Com esta formação social se encerra, portanto, a pré-história da sociedade humana.<sup>4</sup>

São os homens e meios de produção (meios e objetos de trabalho) que se conjugam na produção. Se fossem como formigas o homem só teria história natural. Mas por ser humano, os

---

<sup>4</sup> MARX, Karl. Contribuição para a Crítica da Economia Política. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, pp. 47-49.

homens acumulam<sup>5</sup> e transformam<sup>6</sup> suas forças produtivas (a começar por eles próprios, como força produtiva dotada de subjetividade e intencionalidade, mas também dos meios de produção).

## 1.2. Os Processos de Globalização e a Globalização Capitalista

Temos como globalização a intensificação dos processos de interação entre os distintos grupos sociais.

Estes processos vêm sendo impulsionados por diferentes razões e interesses ao longo da história. A expansão territorial de grandes impérios tem sido um dos principais motivos dessa interação desde a antiguidade, como foi o caso dos impérios Persa, Macedônico, Romano ou Huno.

Na Idade Média, essas expansões ampliaram ainda mais suas dimensões, como no caso dos Califados Abássida e Omíada, do Sacro Império Romano Germânico e do império Mongol ou Chinês (na dinastia Yuan).

A Idade Moderna marca o período de acumulação primitiva do capital onde ganham destaque os impérios Português e Espanhol e sua expansão marítima em busca de riquezas e metais preciosos, mas criando então uma relação estruturada no pacto colonial por meio da troca de matérias-primas fornecidas pelas colônias e produtos manufaturados pelas metrópoles.

Mas é a contemporaneidade e, com ela, o advento do modo de produção capitalista, que as ondas globalizadoras de fato se entronizam definitivamente. Não se trata apenas da expansão territorial de um Estado-Nação, como ocorre com o Império Britânico ou Francês nos séculos XIX e XX, mas da disseminação de um sistema socioeconômico que por si mesmo possui um caráter inexoravelmente expansivo: o capitalismo e sua disseminação das trocas mercantis como medição de todas as relações sociais.

A globalização capitalista durante certo tempo reproduz os esquemas de dominação política e militar do colonialismo pré-capitalista. No entanto, essas formas explícitas de dominação territorial vão sendo combinadas com outras, mais sutis e eficientes. A virada do

---

<sup>5</sup> Esta acumulação é uma resultante geral que não exclui retrocessos, rupturas e destruições.

<sup>6</sup> A Transformação supõe a substituição das relações de produção, incompatíveis com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, por novas relações de produção, modos de produção e formações sociais.

século XIX para o século XX é marcada pela junção do capital industrial com o capital bancário da Europa, gerando o capital financeiro, que eleva para um outro patamar a concentração monopolista de capital. “O que caracterizava o antigo capitalismo, onde reinava a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo atual, onde reinam os monopólios, é a exportação de *capitais*” (LENIN, 1987).

O conúbio entre bancos e indústrias se completa com a aliança com o Estado, que, por sua vez, tentará organizar com outros Estados europeus a partilha do mundo num grande cartel internacional.

Também Rosa Luxemburgo caracteriza o imperialismo no início do século XX (LUXEMBURGO, 1970):

Em detalhes, o capital na sua luta contra as sociedades com uma economia natural busca os seguintes objetivos: (1) Obter a posse mediata de fontes importantes de forças produtivas, tais como terras, animais em florestas primitivas, minérios, pedras e metais preciosos, produtos da flora exótica como a borracha, etc. (2) "Liberar" a força de trabalho e colocá-la à serviço através da coação. (3) Introduzir uma economia de bens. (4) Separar o comércio da agricultura.

(...) Como as associações primitivas dos nativos são a proteção mais forte para suas organizações sociais e para suas bases materiais de existência, o capital precisa começar pelo planejamento da destruição sistemática e aniquilação de todas as unidades sociais não-capitalistas que obstruem seu desenvolvimento (...) Cada nova expansão colonial é acompanhada, evidentemente, por uma batalha sem tréguas do capital contra os laços econômicos e sociais dos nativos, que são destituídos a força dos seus meios de produção e da sua força de trabalho.

(...) A força é a única saída disponível ao capital; a acumulação do capital vista com o um processo histórico, emprega a força como uma arma permanente, não apenas em sua origem, mas desde então até e o presente”

Logo, mesmo depois de repousar sobre seus próprios pés, o capital preserva a sua capacidade de exercer a violência contra o meio social que o circunda, para acelerar a sua própria expansão.

Mas esses expedientes – dentre os quais se situa o imperialismo – não podem ser utilizados infinitamente, dado que esta incorporação acaba por generalizar as relações de produção capitalistas num espaço territorial finito – o mundo. Assim, o esgotamento desta forma de expansão – a subordinação do mundo todo à lógica do capitalismo não implica automaticamente o fim do capitalismo, mas seguramente, reduz o leque de alternativas ao seu dispor. Deste modo, o fim iminente da “zona não capitalista” aproxima o capitalismo do ponto de conversão da contradição entre o capital e o trabalho em um antagonismo que, em conjunto com

a crescente socialização da produção, criam a possibilidade efetiva de uma crise estrutural. O acirramento dessa crise pode levar a oportunidade de potências capitalistas tardias pleitearem seu quinhão na 'partilha imperialista, o que recrudescer a concorrência intercapitalista até o ponto de descambar para a violência (como foi o caso das primeira e segunda guerras mundiais).

O imperialismo decorre fundamentalmente das dificuldades da realização da reprodução ampliada do capital, fato que impele os capitalistas a se associarem ao seu Estado para, mediante essa aliança, se defenderem de seus rivais e poderem disputar militarmente o controle sobre as zonas onde ainda não dominam as relações especificamente capitalistas de produção.

Ao final das guerras os países capitalistas compreenderam que a crise estrutural custou não só o preço da destruição, mas o risco de derrocada do próprio sistema capitalista pela ameaça soviética. Trataram de estabelecer, pois, políticas anticíclicas e um pacto social-democrata para, ao lado do Estado de bem-estar social recuperar os níveis de acumulação do capital.

Aproximadamente entre os anos 1945-1975 o capitalismo central experimentou sua era de ouro: crises cíclicas amainadas e diferidas no tempo; altos níveis de acumulação e de ganhos de produtividade que, por seu turno, passavam a ser distribuídos pelo Estado.

Conjugado com os métodos de produção fordistas-tayloristas, o "(...) equilíbrio de poder, tenso mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançado por acaso - resultou de anos de luta" (HARVEY, 2008).

Como tal modelo não consegue se generalizar para a periferia, até porque a estrutura imperialista prossegue se aprofundando por meio de mecanismos cada vez mais ideológicos, ao lado dos militares, o movimento de expansão concentradora de capital segue seu curso lenta e gradativamente através do mundo.

Logo, no último quartel do século XX os sintomas das crises cíclicas retornam em frequência e profundidade crescentes.

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor "monopolista"). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora - o que

explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972.

(...) A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da "estagflação" (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político (figura 2.8). No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a "Terceira Itália", Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de "compressão do espaço-tempo" no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY, 2008)

Assim, as transformações havidas na passagem do século XX para o século XXI evidenciam não só uma reestruturação na organização da produção (acumulação flexível ou toyotismo), como forma de superar a crise do capital, mas também a adoção do ideário neoliberal no sentido de liberalização comercial, financeira, e dos mercados de trabalho (CARCANHOLO, 2008).

Cumprir analisar os desdobramentos destas transformações no território.

### 1.3 A Globalização Capitalista Atual

A reestruturação produtiva envolveu imensos processos de redimensionamento da produção em escala global. As grandes corporações transnacionais, que concentravam em suas unidades fabris todas as etapas do processo produtivo passam a desconcentrar esse processo em

pequenas unidades enxutas, responsáveis, cada qual de forma especializada, por diferentes etapas do processo produtivo, espalhadas pelo mundo.

Tal processo de desterritorialização da produção gerou redes, cadeias globais de produção de bens ou serviços, incrementados pelas possibilidades abertas pela inserção das tecnologias da informação, comunicação e robótica.

A pulverização da produção enseja ainda mais o processo de expansão do capital no território global. Movida pela atual revolução tecnológica os processos de produção e circulação de mercadorias, meios de produção e dinheiro são acelerados a ponto de ampliar o tempo de rotatividade do capital e ampliar a produtividade, a fim de recuperar os decadentes níveis de acumulação no ambiente de crise estrutural (ANTUNES, 2018).

Para Milton Santos a globalização do final do século XX é marcada pela fragmentação dos territórios, pelo desmonte do Estado, especialmente de seu modelo de bem-estar social, pela mão da política e ideologia neoliberais (SANTOS, 2001).

O humanismo é substituído pelo consumismo voraz, beirando o fundamentalismo do império definitivo do ter sobre o ser.

As técnicas são implantadas nos territórios por meio das empresas globais, impulsionados pelos Estados.

Para o mencionado autor, se quisermos ver a realidade, devemos considerar a existência de três mundos: (i) o mundo tal como nos fazem vê-lo, simbolizado pela globalização como fábula; (ii) o mundo tal como é, revelando a globalização como perversidade; e (iii) o mundo como ele pode ser, por uma outra globalização (SANTOS, 2001).

Este mundo globalizado, visto como fábula, erige como verdade um certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação (Maria da Conceição Tavares, *Destruição não criadora*, 1999).

A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema.

(...) Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado.

Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil.

Nunca na história humana houve a reunião de tantas condições técnico-científicas, condições materiais tão adequadas para construir um mundo de dignidade para as pessoas. Entretanto, essas condições materiais foram apropriadas por empresas que decidiram construir um mundo perverso. Novamente o autor (HARVEY, 2001):

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes.

(...) A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização.

A ideologia neoliberal penetra sem freios no continente latino-americano, condicionado pelas determinações das agências multilaterais e dos investimentos produtivos ou especulativos, que trazem a ideia de enfraquecimento do Estado. Porém, em países desenvolvidos, como os EUA, o Estado segue cada vez mais forte, haja vista os gastos estratosféricos com o orçamento militar, assim como com o empenho do governo nas trocas comerciais e no intercâmbio financeiro de suas grandes empresas.

Estas mesmas grandes corporações escapam ao controle dos Estados e das obrigações para com o território, o que permite uma crescente atuação sem responsabilidade.

Assim, para a grande maioria da humanidade a globalização se concretiza como perversidade na qual se estabelece o desemprego estrutural, a pobreza cresce e os desastres sociais e ambientais se proliferam. O salário médio é achatado. A fome e a doença se generalizam em todos os continentes.

### **3. A “uberização” das relações sociais e do trabalho.**

O trabalho contemporâneo tem sido profundamente redimensionado pelo processo de incorporação das tecnologias da informação e comunicação na produção e circulação capitalista.

Por isso mesmo é necessário pensar o uso dessas tecnologias para além delas mesmas. As tecnologias não são a causa remota das transformações globais nem tampouco uma determinação natural inexorável que aniquila o emprego e acelera desmesuradamente a velocidade do trabalho e da vida.

É preciso entender que de um lado as tecnologias concorrem para estabelecer determinados modos de ser do trabalho e da vida, mas, de outro lado, elas respondem a determinadas condições estruturais do capitalismo contemporâneo.

O capitalismo advém de dois elementos estruturais: a concentração da riqueza social e o trabalho assalariado pelo qual se extrai o valor apropriado e acumulado pelos capitalistas.

O capital é, portanto, um sistema de relações sociais que valoriza expansivamente o valor extraído da força de trabalho, produzindo desigualdade. Esse processo de expansão capitalista tem se valido das inovações tecnológicas para realizar a compressão do espaço e do tempo, ainda que essa compressão seja também desigual.

Para que o capital se expanda é preciso sempre de um número considerável de trabalhadores. Assim, a despeito de profetas que anunciaram o fim do trabalho, como Gorz, Lojkne, Castells, Habermas e outros (ANTUNES, 2018), se verifica que, com toda a incorporação da tecnologia, as tarefas de execução na produção de bens e, principalmente, de serviços, ainda concentra grande contingente de trabalhadores nas periferias, em morfologias mais complexas e diversificadas, mas num sentido geral tendentes à serem submetidas a cada vez mais precarização.

O histórico processo de expropriação dos meios de produção dos trabalhadores pela burguesia, quer por meio dos cercamentos dos campos, quer por meio de fluxos migratórios intercolonial levou, do século XVII ao século XIX e XX à formação das classes trabalhadoras: do operariado ao exército de reserva.

No interior desse processo se observa que o capitalismo desloca suas formas de capital (dinheiro, meios de produção e mercadorias) e a força de trabalho a fim de ampliar a concorrência entre os trabalhadores, seja pela constante pressão exercida pelos desempregados, seja por meio da criação (pelo mercado mas convalidado juridicamente pelas reformas trabalhistas mundo afora) de novas formas contratuais que, com menor nível de proteção dos trabalhadores e maior possibilidade de evasão de responsabilidade pelos patrões.

Contudo, a própria criação do contrato de trabalho cumpriu o papel de disciplinar a classe trabalhadora para a produção, por meio do despotismo calcado na ameaça perene do desemprego. Se garantiu um maior ou menor número de direitos – desenhando certo estilo de vida, por outro lado estabilizou a relação de exploração.

Hoje cresce a subordinação do trabalho ao capital, disponibilizando a força de trabalho para uma condição com menos direitos.

Trata-se de um trabalho sem a disciplina tradicional (o que revela um incremento da violência estatal); sem a agregação fabril. Sem atuação ou vida homogeneizada; sem a mediação do contrato tradicional, ocasionando maior precarização das condições de vida e de trabalho do trabalhador.

Essa degradação social de massas de trabalhadores disponíveis e necessitados aliada às inovações tecnológicas (desde sistemas de GPS por satélite até o algoritmo que determina os processos de trabalho e produção) constituem as condições que tornaram possível a “uberização” do trabalho.

O que caracteriza a “uberização” do ponto de vista objetivo é a confluência de fatores que ensejam o achatamento salarial, o controle absoluto do trabalhador, a intensificação e ampliação do tempo de trabalho (a tecnologia faz evanescer a separação entre tempo de trabalho e tempo fora do trabalho), a redução ou eliminação de direitos.

Por outro lado a tecnologia serve ao capital para aumentar o tempo de rotação do capital, seja na produção (v.g. as inovações da indústria 4.0), seja na circulação (como ocorre na articulação de empresas como a Uber com empresas de cartão de crédito, permitindo que, a cada corrida, a empresa faça a punção imediata, em frações de segundo, do mais valor produzido – no caso os 25% do valor da corrida).

Do ponto de vista subjetivo, as tecnologias capturam ainda mais a subjetividade do trabalhador. Pelo próprio meio tecnológico que permite tornar o mais trabalho camuflado ou invisível ou por meio de recursos ideológicos que disseminam o mais trabalho como virtuoso, senão mais autônomo, mais livre (porque realizado sem o controle pessoal do empregador), até se disseminar o imaginário do trabalhador não se ver como tal, mas como um empreendedor.

No caso do Uber, essa autonomia é reforçada pela aparente participação na atividade econômica pelo motorista com a utilização do seu carro (próprio ou alugado). Porém, para o motorista o carro não é capital, não só porque não auferir nenhum tipo de ganho sobre o investimento neste suposto meio de produção (capital variável, vivo, sobre o capital fixo ou morto), como tampouco recupera o valor perdido com o desgaste do carro dado pelo uso – o que seriam em ambos os casos cobertos pelo trabalho alheio de um empregado.

O carro, no entanto, será sim meio de produção, mas para a Uber. Embora a propriedade jurídica seja do trabalhador-motorista, para este o carro não é mais do que um instrumento de trabalho, condição para trabalhar, e sobre o qual não auferir qualquer ganho. Fosse meio de produção do trabalhador, a propriedade reclama uma parte do valor gerado pelos empregados (sob a forma de renda, aluguel, compensação pela depreciação etc.).

Mas para a Uber, a propriedade não precisa ser jurídica. Basta a ela a capacidade de gerenciar e mobilizar esse meio de produção. Colocar o carro (e o motorista) onde quer, na hora que quer, com a tarifa que quer – tudo isso mediado pelo algoritmo.

A manobra jurídica foi estabelecer um contrato de cessão de uso de programa pela aquisição de software comercializado camufla a atividade realmente desenvolvida e afasta a empresa de quaisquer responsabilidades legais. O curto-circuito jurídico vem forçando uma nova regulação autorizativa da atividade (o que está no próprio modelo de negócio).

O fenômeno da “uberização” se dissemina a partir daí, como a articulação de meios de produção e força de trabalho, mediados pelas TICs, em relações em cadeia e em modelos de negócio que crescem em escala.

No âmbito do trabalhador, esse se invisibiliza como tal, aparecendo como trabalhador por conta própria (“empreendedor”) plasmado numa diversidade de figuras contratuais novas e diversas, podendo ter (i) todos os direitos tradicionais; (ii) alguns direitos; (iii) poucos direitos; (iv) nenhum direito trabalhista.

No âmbito do capital, a propriedade que tradicionalmente era pensada ser exercida sobre a empresa, hoje representa uma fusão promíscua entre as formas tradicionais de capital como fatores produtivos (incluindo aí o capital financeiro tradicional, como capital-dinheiro) e as formas de capital fictício ou especulativo como subprodutos financeiros que se fundem com a empresa produtiva.

A tecnologia vai ser financiada e direcionada para alcançar formas de extração de mais-valor em grande escala, cada vez mais rapidamente.

As grandes quantidades de dinheiro acumuladas pelos capitalistas, para que sejam convertidas em capital devem ser movimentadas em novos ciclos de produção. Assim, precisam e vão impulsionar inovações tecnológicas contínuas que garantam a geração e a circulação de valor em milésimos de segundos.

Daí que frequentemente o modelo de negócios na “uberização” deve ser escalável, ou seja, deve ser expandido, de preferência para todo o globo terrestre, removendo, a qualquer custo, qualquer obstáculo que se lhe confronte. Por outro turno, o modelo de negócio da “uberização” não é afeto à livre concorrência. Convém que a articulação inovadora da tecnologia com os meios de produção se posicione no mercado como um monopólio, e, caso não seja possível, como um cartel.

### 3.1. Capitalismo Global e Superexploração do Trabalho

A partir da crise estrutural dos anos 1970, o capitalismo estabelece um pacote de medidas (neoliberais) para tentar reaver os níveis de acumulação de capital. Basicamente nesse grupo estão inseridos: (i) uma reestruturação produtiva (com técnicas e métodos de acumulação flexível); (ii) políticas econômicas de reformas neoliberais (mobilizando os recursos públicos para o capital, por meio de privatizações, reserva orçamentária para juros e serviços da dívida – superávit primário, subsídios e isenções fiscais para empresas, austeridade com os gastos sociais); (iii) liberalização comercial, financeira e do mercado de trabalho; (iv) investimento em mecanismos de aceleração da rotação do capital, seja em novas tecnologias, em processos ou técnicas de gestão.

As crises estruturais são sempre crises de superprodução de capital. Em cada conjuntura a superprodução é de uma das formas de capital em detrimento das outras. É o capital que se reproduz em excesso em relação à capacidade de realizar-acumular o mais-valor gerado (CARCANHOLO, 2008).

Para sanar a crise, historicamente o capitalismo tem desvalorizado aquela massa de capital que se produziu em excesso, ou tem que se encontrar um novo espaço de valorização para aquela massa de capital já em excesso.

Na crise atual, a forma do capital que se produz anormalmente em excesso é o capital financeiro. Só que paradoxalmente as medidas neoliberais ao invés de desvalorizar essa forma de capital, vêm insistindo em buscar novos espaços de valorização. Como o capital financeiro não gera valor, mas se apropria do valor gerado na produção de mercadorias, essa apropriação vai depender fundamentalmente do incremento da exploração do trabalhador no âmbito produtivo (sperexploração) e da canalização de recursos público sob distintas formas.

Ademais, o processo de valorização capitalista deve estar encerrado na divisão internacional do trabalho. Com efeito, deve ser analisado este processo tal como ocorre no território, entre os diferentes países do mundo.

Para tanto, esposamos a teoria da dependência marxista que descreve que um país se caracteriza como dependente se apresentar algumas características (MARINI, 2007).

Uma dessas características da dependência é a deterioração dos termos de troca comercial. As trocas na economia capitalista, a princípio são trocas entre equivalentes.

O comum é que os capitais se apropriem de uma massa de valor distinta daquela que produziram. O que determina produzir mais ou menos em relação ao apropriado é a

produtividade desse capital em comparação com os concorrentes do seu próprio setor ou de setores diferentes.

Em regra, tende a se apropriar de mais-valor o capital que tem produtividade acima da média dos capitais concorrentes.

Portanto, não se trata propriamente de “troca desigual”, mas da explicitação de que na relação entre uma economia dependente (com menor produtividade) e uma economia central (com mais produtividade), o preço das mercadorias produzidas pelo primeiro e exportadas para o segundo cai relativamente ao preço das mercadorias produzidas pelo segundo e exportadas para o primeiro.

O país com menor produtividade acaba por transferir o valor produzido nele para ser apropriado e realizado pelo de maior produtividade.

Claro que a diferença de preços pode e geralmente se tenta compensar com o aumento do volume da exportação de mercadorias criadas com baixa produtividade, i.é, com baixo valor agregado.

Outra característica da dependência é a vulnerabilidade financeira externa. As economias periféricas não exportam capital. Estruturalmente remetem recursos excedentes para os países do centro capitalista.

Cada vez mais se percebe na balança de pagamentos transferência de serviços da dívida, remessa de lucros e dividendos nas empresas transnacionais, remessa de pagamento de dívidas nessas mesmas empresas, royalties pelo uso de propriedade industrial etc.

Para compensar a transferência de mais-valor gerado nos países dependentes (troca mercantil ou fluxo financeiro), as empresas garantem seu ganho aprofundando a exploração de seus trabalhadores. Ou seja o aumento da taxa de mais-valia, pagando salários abaixo do valor de troca da força de trabalho (impedindo sua reprodução em condições mínimas de dignidade).

Isso ocorre tanto diretamente pelo achatamento de salário, como pelo aumento da jornada ou aumento da intensidade do trabalho no tempo sem contrapartida salarial.

Marx não apresenta nenhuma referência sobre superexploração. Trata apenas da categoria da exploração, considerada em sentido estritamente sócio-econômico-histórico, ou seja, sem qualquer conotação moral. Explorar o valor de uso da mercadoria força de trabalho, consumir o próprio trabalho, que é a substância do valor.

Portanto, todo aquele que, sendo proprietário dos meios de produção, por meio da relação (social) mercantil do assalariamento, troca dinheiro (expresso no salário) por força de trabalho (cujo valor se determina pelas condições de oferta e procura), para obter o seu valor de

uso. Porém, a “sorte” do capitalista é que a força de trabalho é a única mercadoria que ao ser consumida, produz um valor superior do que aquele pelo qual foi trocado.

A superexploração seria, dessa forma, o aumento da taxa de exploração que se revela com o incremento da extração de mais-valia. Historicamente, o capitalismo vem apresentando diversos mecanismos para o aprofundamento da taxa de mais-valia.

Assim, num sentido mais amplo, toda e qualquer manifestação histórica do capitalismo se orienta no sentido de aprofundar a taxa de exploração, ou seja, de mais-valia. Num nível de abstração menor, vale dizer, mais específico, se pode vislumbrar as formas específicas de se obter o aumento da taxa de mais-valia<sup>7</sup>.

A superexploração não é do trabalho, mas sim da força de trabalho. E se constrói a partir da historicidade do capitalismo. Portanto, por estarmos no bojo (da crise) do capitalismo contemporâneo devemos caracterizá-lo como tendo uma tônica maior numa lógica de valorização financeira. E isso não implica ressaltar o âmbito da circulação em detrimento do âmbito da produção. A rigor, um não faz sentido sem o outro.

A forma histórica que a superexploração da força de trabalho assume hoje está relacionada com a lógica de valorização do capital financeiro e se vale, como dito dos mecanismos tecnológicos, resultando num processo de intensa precarização das condições de vida e de trabalho do obreiro.

Na América Latina, por força da divisão internacional do trabalho, os capitalistas, não podendo contribuir para a formação dos preços mundiais das mercadorias<sup>8</sup>, porque isso decorre de uma configuração monopolizada por atores econômicos dos países e corporações transnacionais centro capitalista, só poderiam conseguir se manter existindo com um grau de exploração muito maior da força de trabalho – a superexploração.

Consideramos essa generalizada superexploração objetiva, infraestrutural também em seu aspecto subjetivo, ideológico e atualizado pelas mediações tecnológicas e deterritorializadas – a “uberização” do trabalho e da vida.

#### **4. Os Impactos da “uberização” no Território Urbano.**

---

<sup>7</sup> MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 577-587.

<sup>8</sup> À guisa de exemplo, por efeito da crise estrutural experimentada pelo capitalismo, o preço do barril do petróleo caiu de US\$ 115,00, em 2014 para US\$ 30,00 em 2016. O preço da tonelada de minério de ferro caiu de US\$ 170,00, para US\$ 38,00 em 2016.

David Harvey ao investigar como circula o valor nas cidades, no território, conclui que o faz eminentemente sob a forma de capital fixo que deveria se converter em bens ou serviços gratuitos, como bens públicos da cidade. Porém, o sistema de preços do mercado intervém e o proprietário reclama, baseado em sua propriedade, o direito de cobrar um valor de troca pelo seu imóvel ou pelo seu uso temporário. Estes preços flutuam sobre uma base fictícia, pois não guardam relação nenhuma entre o que está passando no mercado e a relação social dos valores.

O trabalho social que determina a expressão do valor será sempre ubicado no território. Numa crise o valor das coisas parece ser afirmado numa bolha, mas essa bolha cresce tanto que explode, e os preços caem porque se voltam para o valor, como afirmação da relação social (HARVEY, 2001).

A Teoria do Valor de Marx está umbilicalmente ligada à teoria da alienação, da despossessão, ou seja, do por que a criatividade humana se converte em miséria, em degradação e em trabalho desprovido de sentido.

Desde meados da década de 1980, a política urbana neoliberal (aplicada, por exemplo, em toda a União Europeia) concluiu que a redistribuição da riqueza a bairros, cidades e regiões menos favorecidas era inútil, e que, em vez disso, os recursos deveriam ser canalizados para os polos de crescimento "empresarial" mais dinâmicos. Uma versão espacial do efeito transbordamento se encarregaria então, no proverbial longo prazo (o que nunca aconteceu), de resolver todas essas desagradáveis desigualdades. (...) Essas afirmações não nos devem surpreender quando pensamos nos acontecimentos recentes. Elas estimulam o negócio do crédito hipotecário de alto risco, alimentado por mitos simplórios sobre os benefícios da casa própria para todos e o arquivamento de hipotecas "tóxicas" em obrigações de assunção de dívida altamente valorizadas a serem vendidas a investidores crédulos. Elas também estimulam uma suburbanização infinita que consome muito mais terra e energia do que seria razoável para a sustentabilidade de nosso planeta como habitat humano. (...) Sem dúvida, os altos e baixos do mercado imobiliário estão inextricavelmente ligados aos fluxos financeiros especulativos, esses sucessos e fracassos têm graves consequências para a macro-economia em geral, bem como todos os tipos de efeitos de externalidade sobre o esgotamento de recursos e a degradação ambiental. Além disso, quanto maior a proporção dos mercados imobiliários no PIB, mais significativa a conexão entre financiamento e investimento no ambiente construído tornar-se-á uma fonte potencial de macrocrises. (HARVEY, 2014)

Harvey utiliza a distinção entre valor de uso e valor de troca para aplica-la ao mercado imobiliário, a partir da evidenciação da contradição existente entre eles. Segundo ele (HARVEY 2001) temos sido persuadidos pelo capitalismo nos últimos 40 anos de que a melhor maneira de adquirir valores de uso é liberalizar os valores de troca.

Há um valor de uso nas habitações e o mercado indica determinadas provisões que deveríamos seguir. Mas o que realmente ocorreu foi uma crise no mercado imobiliário dos EUA onde aproximadamente 6 milhões de pessoas perderam suas casas. Assim, o sistema do valor de troca criou uma série de créditos de financiamento hipotecário, sem exigir garantia (subprime), para se desdobrar em produtos financeiros, derivativos, comercializados no mercado financeiro em meio a uma cadeia de securitização. Isso gerou uma riqueza gigantesca para alguns operadores das transações, especialmente alguns bancos do mercado financeiro, mas que falharam tragicamente em prover habitações custeáveis para as pessoas.

A virtude da abordagem de Marx é que permite uma representação muito clara das leis gerais da circulação do capital de uma maneira que dispensa as condições específicas e particulares de sua época (como as crises de 1847 e 1848 e de 1857 e 1858). É por isso que Marx ainda pode ser lido em nossos dias, pois continua relevante para nossa época. Contudo, essa abordagem tem seu preço. Para começar, Marx deixa claro que a análise de uma sociedade/situação capitalista de existência concreta requer uma integração dialética do universal, do geral, do particular e dos aspectos singulares de uma sociedade interpretada como uma totalidade funcional e orgânica. Portanto, não podemos esperar explicar acontecimentos específicos (como a crise de 2007 a 2009) simplesmente em termos das leis gerais de circulação do capital (essa é uma de minhas objeções aos que tentam forçar a introdução dos fatos da crise atual em alguma teoria da taxa decrescente de lucro). Inversamente, porém, não podemos tentar fornecer tal explicação sem aludirmos às leis gerais da circulação do capital.

(...) É evidente que tentar analisar a dinâmica da crise recente e suas consequências sem se referir ao sistema de crédito (com as hipotecas a 40% do PIB norte-americano), ao consumismo (70% da força motriz da economia nos Estados Unidos, em comparação com 35% na China) e ao estado da concorrência (poder dos monopólios nos mercados financeiro, imobiliário, varejista e muitos outros) seria uma tarefa ridícula. (HARVEY, 2014)

Por conseguinte, outra contradição destacada por Harvey é a que opõe o valor, como relação social com a sua representação, o dinheiro.

O valor é descoberto por Marx como aptidão de uma mercadoria para ser trocada. Decorre de uma relação social que está na base do valor de troca, mera expressão do valor. O valor de troca, por sua vez é medido por meio da representação que é o dinheiro.

A maneira pela qual as sociedades mercantis, anteriores ao capitalismo expressaram essas relações sociais se deu através de produtos raros, metais que não oxidavam, como prata e ouro, tornados portáteis e armazenáveis. A moeda então cumpre três funções, como meio que permite a circulação de mercadorias; como medida do valor, e, no caso do ouro e da prata, como valor armazenável. Esta última característica foi se dissipando na medida que a extração material

dos metais e sua portabilidade representaram limites para a sua intercambialidade, sendo logo substituídos por outros equivalentes mais universalizáveis. O dinheiro se converte em capital quando se torna mera representação, sem nenhum valor intrínseco.

O importante é que realmente o dinheiro permite a apropriação privada da riqueza social. Todos produzem, no entanto a forma monetária que nos está dada constitui a base da riqueza individual, mas também o fundamento do tipo de poder (controle sobre o trabalhador).

O dinheiro, portanto, como expressão das relações de troca mercantil, penetra a comunidade, danificando e interrompendo a mesma. Não se pode jamais olvidar desse efeito dissolutório do dinheiro nas relações sociais.

A comunidade se dissolve para todo o sistema de relações de troca mercantil se fundir amalgamado pelo fetiche do dinheiro (no caso em questão, no alimentado sonho da casa própria).

Assim que os preços podem flutuar, mas o dinheiro nunca para de mirar o valor, para tendencialmente encontrar o que os economistas clássicos chamam de “preço de equilíbrio”.

O “boom” de urbanização no mundo não tem transformado as vidas humanas para melhor, logo só pode ser compreendido como articulado pela lógica da acumulação capitalista.

A urbanização, como venho argumentando há tempos, tem sido um meio fundamental para a absorção dos excedentes de capital e de trabalho ao longo de toda a história do capitalismo. Tem uma função muito particular na dinâmica da acumulação do capital devido aos longos períodos de trabalho e rotatividade e a longevidade da maior parte dos investimentos no ambiente construído. Também tem uma especificidade geográfica tal que a produção de espaço e dos monopólios espaciais tornam-se parte integrante da dinâmica da acumulação, não apenas em virtude da natureza dos padrões mutáveis do fluxo de mercadorias no espaço, mas em virtude da natureza mesma dos espaços e lugares criados e produzidos em que esses movimentos ocorrem. Contudo, exatamente por toda essa atividade - que, a propósito, é um campo de enorme importância em que se dá a produção de valor e mais-valia - ocorrer em tão longo prazo, alguma combinação de capital financeiro engajamento estatal são absolutamente fundamentais para seu funcionamento. Essa atividade é claramente especulativa no longo prazo, e sempre corre o risco de replicar, muito mais tarde, e em maior escala, as mesmas condições de sobreacumulação que, de início, tenta atenuar. Por isso o caráter propenso a crises das formas urbanas e de outras de investimentos infraestruturais físicos (estradas e ferrovias transcontinentais, represas e coisas do gênero). (HARVEY, 2014)

Harvey vai, portanto, aplicar a contradição entre valor de uso (bem-estar da população) e valor de troca nas habitações, que resulta numa grande privação, num déficit habitacional. A importância da organização espacial do território urbano se revela quando se constata que o

processo de urbanização e crescimento urbano orientado pelo capital permite compreender a estreita articulação entre crise imobiliária e crise financeira em 2008.

A urbanização ganha uma centralidade crítica na análise da totalidade sistêmica do capital, seja em termos de reprodução (como a relação da especulação imobiliária que culmina com a derivação em capital fictício) seja em termos de recrudescimento das condições da vida social urbana, já que a mercantilização expansiva do capital se reflete na cidade – matriz dessa vida social.

No caso da construção de casas e condomínios, no Sul da Califórnia ou na Flórida, por exemplo, a mesma empresa financeira pode prover o financiamento para construir e o financiamento para comprar o que foi construído. Em alguns casos, a instituição financeira organiza pré-vendas de apartamentos em condomínios que ainda não foram construídos. Em certa medida, portanto, o capital manipula e controla tanto a oferta quanto a demanda por novas casas pré-fabricadas e condomínios residenciais, assim como por propriedades comerciais – o que está em total desacordo com a ideia de livre funcionamento dos mercados.

(...) Contudo, a relação entre oferta e demanda é desproporcional, pois o tempo de produção e circulação para casas e imóveis comerciais é muito longo em comparação com a maior parte das outras mercadorias. É aí que se tornam cruciais os tempos desiguais de produção, circulação e rotação de estoques. (HARVEY, 2014)

A cidade então se torna uma cidade segregada. Numa parte proliferam os problemas urbanos com a falta de políticas públicas que efetivem os direitos prestacionais com a falta de equipamentos sociais como escolas, hospitais, transporte e lazer, mas também pela falta de processos democráticos de deliberação acerca da destinação dos recursos públicos no espaço da cidade. Além disso, a desumanização e a alienação envolvem esses bolsões populacionais num ambiente degradado e repleto de mais brutal violência.

Vivemos cada vez mais em áreas urbanas divididas e propensas à violência. Nossa sociedade revivifica o terror nos interstícios da prática social cotidiana. A produção capitalista unificou os espaços, mas banalizando as contradições, dissolvendo a autonomia e a qualidade dos lugares pela distribuição desigual de riquezas.

Por outro lado a urbanização oferece a opulência e o fausto para os ricos, isolados dessa agregação que deveria ser a cidade. Simplesmente uns desaparecem fisicamente da cidade em relação aos outros, levando a um paralelismo de vidas e de formas de consciência.

Quem define o direito da cidade é objeto, pois, de disputa pelo tipo de cidade que se construirá e para quem se dirigirão os recursos definidores da propriedade, das oportunidades,

da distribuição espacial, da oferta de trabalho e condições de acesso e da alocação de serviços públicos.

O crescimento desordenado do processo de urbanização foi dinâmico, porém ambientalmente insustentável e geograficamente desigual. A desigualdade refletia em grande parte os influxos de renda diferenciados que afluíam a diferentes segmentos da classe trabalhadora.

Mas a crise urbana não se revela apenas nos processos de produção e circulação dos imóveis. A urbanização orientada pelo capital revela-se como desejo incessante de extrair dinheiro de todos os seus processos.

Na cidade mercantilizada, o transporte também aparece como uma mercadoria, mediada, pois, pelo preço da tarifa cobrada pelo serviço. Ocorre que o mercado é excludente: só produzirão e consumirão uma dada mercadoria aqueles que puderem pagar por isso, excluindo todos os demais.

Assim, a mobilidade urbana é reduzida a um serviço privado de transporte urbano que exclui por meio da tarifa, afastando a velha noção de cidade.

A cidade não é uma mera descrição física. É uma conexão política imbricada na vida das pessoas. Porém, o processo contemporâneo de urbanização orientado pelo capital está destruindo o conceito de cidade (cidade-direito), ao passo que fortalece a alienação e a fragmentação ideológica que ambienta o imaginário individualista.

O próprio deslocamento urbano passa a ser também ele um prolongamento da alienação no trabalho. A trajetória inacabável entre a periferia inacessível e o trabalho precário ou os locais de consumo reforça o estorvo cotidiano da vida dos trabalhadores. O custo de reprodução da força de trabalho inclui o valor extraído do aluguel, da tarifa do transporte, do preço do remédio, da mensalidade da escola. A exploração se materializa também no preço da água, esgoto, telefone e energia elétrica.

Mas pior do que isso, a vida alienada se converte numa vida sem sentido, numa vida brutalizada pela desumanização e pela violência. O dinheiro é o único significado que parece importar, e serve apenas para manter a sobrevivência biológica, animal.

Este processo de urbanização vai finalmente colher os influxos das inovações tecnológicas na informática e na telemática. A capacidade enorme de processamento, o armazenamento e a manipulação de dados (big data), organizados por algoritmos que dispõem de cada vez mais inteligência artificial; a capacidade de gerenciamento de informações e processos decisórios em tempo real superam o tradicional papel do espaço físico e remodelam

não só a reprodução do capital, senão também a reprodução da vida, considerada numa nova concepção de território.

A reconfiguração da produção mediada por estas tecnologias, conforma as cadeias globais de produção, a produção desterritorializada, que, por sua vez subverte a noção tradicional do próprio território.

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as regras econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez virtual, oferecida pelos objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas.

O território, hoje pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede.

(...) Afirma-se ainda mais a dialética do território (...). Essa dialética se afirma mediante o controle “local” da parcela “técnica” da produção e um controle remoto da parcela política da produção.

A parcela técnica permite que as cidades locais ou regionais tenham certo controle sobre a porção de território que as rodeia. Esta comando se baseia na configuração técnica do território (...). Já o controle distante (...) é feito por cidades mundiais e os seus “relais” nos territórios diversos. O resultado é aceleração do processo de alienação dos espaços, e dos homens, do qual um componente é a enorme mobilidade atual das pessoas.

(...) Mas, quem produz, quem comanda, quem disciplina, quem normatiza, quem impõe uma racionalidade às redes é o Mundo. Esse mundo é o do mercado universal e dos governos mundiais. O FMI, o Banco Mundial, o GATT, as organizações internacionais, as Universidades internacionais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte a pesquisa, fazem parte do governo mundial, que pretendem implantar, dando fundamento à globalização perversa e aos ataques que hoje se fazem na prática e na ideologia, ao Estado Territorial. (SANTOS, SOUZA e SILVEIRA, 1994).

Mais detidamente, observamos a proliferação de uma onda de novos negócios que usam a internet para estabelecerem uma relação de troca mercantil operacionalizada por aplicativos, plataformas virtuais e programas de informática que, por sua vez obedecem a algoritmos que sub-repticiamente e travestida de economia do compartilhamento, ampliam a alienação, a subordinação do trabalho ao capital, mas também a ideologia individualista e a ilusão de liberdade e autonomia.

A “uberização” ou seja a mediação do trabalho pelo algoritmo gera uma inversão, portanto. Promete a liberdade e a autonomia da vontade plasmada no empreendedorismo, mas, na verdade amplia enormemente os meios de supervisão e vigilância, convertidos em mecanismos de subordinação e sujeição, não sendo, pois, mais do que inovações disruptivas, ou

seja, inovações criadas para aprofundar velhas formas de acumulação monopolista de capital e de acumulação de poder.

Esse panoptismo cibernético impacta profundamente as noções de território, no interior do processo de urbanização orientado pela lógica expansiva da troca mercantil.

As novas tecnologias se afiguram como novas formas de controle, dissimuladas ou ostensivas, remodelando o espaço, uma vez que consegue se colocar onipresente.

Essa capacidade de estar em todo lugar a todo momento alimenta-se da ilusão disseminada pela ideologia de que as pessoas dominam sua comunicação, suas ações e suas decisões. Tem-se a fantasia da liberdade que obscurece o império das necessidades. Das necessidades prementes, elementares, até aquelas artificialmente criadas a cada momento, tudo mobilizado pelo sonho da riqueza e do consumo, costura-se um grande pano que cobre a realidade da exploração econômica e da opressão política.

A desterritorialização da produção se converte na criação de um lugar utópico em que o trabalhador, com a inovação tecnológica passa a ser “dono de si”, liberta-se do poder do outro, quando, na verdade a tecnologia introduz um reforço ideológico no qual o outro (o capitalista) desaparece e o trabalhador se transforma supostamente no próprio capitalista.

Ocorre que o controle ao invés de desaparecer, é fortalecido. Se materializa na mediação do algoritmo que induz as ações do trabalhador, especialmente na autofiscalização do próprio trabalho, mas também na possibilidade de controle do consumidor ou de terceiros.

Revela o impacto da “uberização” no território urbano o fato de que os dois principais negócios em plataformas virtuais se articulam em seus objetos com os dois principais direitos da cidade: a mobilidade urbana – com a Uber e suas congêneres – e a habitação – com o caso da Airbnb. Estes casos iremos deixar aqui apenas como exemplos, sem o compromisso de grande profundidade

No caso do Uber a atividade de transporte se baseia na superexploração do trabalho do motorista, mas também na demobilização da população da luta pelo transporte público como um direito de mobilidade.

Também aqui se ressalta que o modelo de negócio da Uber necessita dessa ausência de regulamentação. O transporte com automóveis só pode se dar em via pública, que é bem público de uso comum e não pode ser usado para fins privados senão mediante concessão ou autorização do Poder Público que verifica questões de segurança (regularidade do veículo e incolumidade do passageiro), eficácia e planejamento do tráfego, por exemplo.

Porém, a Uber se esquivava de toda a possibilidade de normatização ao negar que desenvolva atividade econômica de transporte. Se apresenta como empresa desenvolvedora e comercializadora de software. Mais ludicamente, sua propaganda diz que por meio de seu aplicativo a empresa “conecta pessoas”, justamente se colocando a favor do ideal da agregação cidadã.

Já no caso do Airbnb a propaganda vende a imagem de uma cidade compartilhada que ajuda as pessoas – todas microempreendedoras – a florescer seus negócios. Se coloca como uma empresa que igualmente promove a comunidade, onde o espaço não é desperdiçado, mas dividido com os outros (SLEE, 2017).

A Airbnb criou um modelo de negócio que impactou marcadamente o mercado de aluguéis de imóveis, colocando no ar um site em que os proprietários (chamados de anfitriões) atraem hóspedes por meio de fotografias profissionais de seus imóveis, colocados aqui como menos impessoais e uniformes do que os da indústria hoteleira mais próximos da identidade e anseios dos inquilinos.

Por isso, os anúncios do Airbnb são repletos de histórias pessoais sempre com uma lição de conectividade, jamais transparecendo os episódios de insatisfação, frustração e conflito.

O modelo de negócio do Airbnb também é o de crescimento em escala e de monopólio nessa nova fatia de mercado criada, para aluguel por temporada ou curta duração – o que vem se revelando bastante bem sucedido.

Claro que os serviços de ambas as empresas se dão utilizando um bombardeio de propaganda que invade todos os meios eletrônicos de acordo com a captura de dados residualmente deixados no ambiente virtual.

A Uber continuou seu crescimento meteórico durante 2015 e, junto com a Airbnb, viu esse crescimento ser usado como exemplo da superioridade do modelo de negócios da economia do compartilhamento, em que empregados são substituídos por parceiros e gerentes são substituídos por sistemas de reputação.

(...) Mas o fascínio da ininterrupta experiência com os aplicativos encobre uma enormidade de fatores menos saborosos, mas não menos importantes, na conduta do sucesso desses negócios. A tecnologia traz de fato novos campos de eficiência, mas também serve como uma oportunidade para construir modelos de negócio que externalizam os custos ao reestruturar regulações que mexem com a relação entre os interesses das empresas e os das comunidades em que atuam, ou entre interesses das empresas e os fornecedores de serviços.

A implacável promoção do turismo pelo Airbnb por sobre qualquer outro aspecto do bem-estar de uma cidade mostra que o comprometimento da empresa com as cidades e com as comunidades termina precisamente onde a conta bancária começa. Enquanto a companhia assume alguns

acordos com governos locais, como o pagamento de impostos de hospitalidade, se nega firmemente a compartilhar sua lista de hóspedes com o poder público. Assim, o Airbnb impede qualquer tentativa de limitar a densidade do aluguel em bairros concorridos, ou de evitar a gentrificação que acompanha um fluxo contínuo de turistas.

## Conclusão

A humanidade caminhou ao longo dos séculos da antiga comunhão individual dos clãs e pequenos grupos nos lugares à comunhão, hoje, global. A interação e a interdependência universais são atualmente a marca da nova realidade do território.

Antes era o Estado nacional que definia a organização do espaço territorial. O Território era, ele mesmo, a base estrutural, o fundamento conceitual e prático do Estado-Nação, que, ao mesmo tempo o moldava.

Hodiernamente, o Estado territorial dá lugar à transnacionalização do território (SANTOS, SOUZA e SILVEIRA, 1994), no qual vivemos ao sabor do movimento dialético entre o local e as redes globais.

Nesta nova configuração, o processo de urbanização vem proliferando a existência de cidades partidas, cidades que descumprem sua função de serem aglutinação política.

Se a urbanização é tão crucial para a história da acumulação do capital, e se as forças do capital e seus inumeráveis aliados devem mobilizar-se sem descanso para revolucionar periodicamente a vida urbana, como tem feito com os processos de “uberização”, então uma luta de classes de algum tipo, não importa se explicitamente reconhecida como tal, está inevitavelmente envolvida. Isso é assim porque as forças do capital têm de empenhar-se com tenacidade para impor sua vontade em um processo urbano e em populações inteiras que nunca estarão sob seu controle total.

Por mais que mecanismos criados com a “uberização” da vida, uma vida mediada não apenas pela troca mercantil alienadora, mas pelo algoritmo panoptico, o espaço urbano vê renovar-se a possibilidade de lutas anticapitalistas explicitamente centradas e organizadas no espaço da cidade e do urbano, para reivindicar a princípio direitos da cidade, direitos de cidadania.

Do movimento Occupy Wall Street às jornadas de 2013, a história demonstra, não são apenas centros urbanos singulares que estão envolvidos. Em várias ocasiões, o espírito de protesto e revolta alastrou-se de modo contagioso e extraordinário pelas redes urbanas.

As cidades então deixam de ser mero lugar, o palco vazio onde as tramas políticas são encenadas e passam a ser centros geradores de poder político, que frequentemente procura reorganizar as infraestruturas urbanas e a vida urbana com o objetivo de manter as populações insatisfeitas sob controle.

São espaços que mobilizam a demanda coletiva que pode se iniciar com o estopim do aumento de preços de tarifas, mas que se desdobram à luta anti-globalização e, quiçá, anti-capitalista.

## BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. O Privilégio da Servidão: O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018, 325 p.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do Desenvolvimento Periférico: Dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008.

DE GROEN, W. P. MASSELLI, I. FABO, B. The Digital Market for Local Services: A one night stand for workers? CEPS Special Report, nº 133, CEPS, Brussels, April, 2016.

FRANK, André Gunder. Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência. São Paulo: Brasiliense, 1980. 259 p.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 33ª ed. São Paulo: Nacional, 2004. 260 p.

HARVEY, David. Urbanismo y Desigualdad Social. Trad. Maria Gonzales Arenas. Madrid: Siglo XXI, 1977. 340 p.

\_\_\_\_\_. A Produção Capitalista no Espaço. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005, 252 p.

\_\_\_\_\_. Condição Pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 17ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2008, 349 p.

\_\_\_\_\_. O Neoliberalismo: História e implicações. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 17ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2008, 240 p.

\_\_\_\_\_. Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014, 294 p.

\_\_\_\_\_. A Loucura da Razão Econômica: Marx e o capital no século XXI. Trad. Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018. 223 p.

LEME, Ana Carolina Reis Paes. Da Máquina à Nuvem: Caminhos para o acesso à justiça pela via dos direitos dos motoristas da Uber. São Paulo: LTr, 2019. 183 p.

LENIN, Vladimir Ílich. O Imperialismo: Fase superior do capitalismo. Trad. Olinto Beckerman. 4ª edição, São Paulo: Global, 1987. 127 p.

LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, n. 32, p. 119-141, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/revista/download?id=230>>. Acesso em: 6 set. 2016.

LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação do Capital: Estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo. Trad. Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1970. 516 p.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. Trad. Marcelo Carcanholo. In: Germinal: Marxismo e Educação em Debate. V.9. n. 3. pp. 325-356. Dezembro de 2007. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/323440310\\_Dialetica\\_da\\_Dependencia](https://www.researchgate.net/publication/323440310_Dialetica_da_Dependencia). Acesso em 09.10.2019.

MARX, Karl. Contribuição para a Crítica da Economia Política. Trad. Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 286 p.

\_\_\_\_\_. Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução Mario Duayer, Nelio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011. 788 p.

\_\_\_\_\_. O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. 894 p.

SANTOS, Milton. A Cidade como Centro da Região: Definições e métodos de avaliação da centralidade. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959. 34 p.

\_\_\_\_\_. Geografia, Marxismo e Subdesenvolvimento. In: SANTOS, Milton. DRESH, Jean. GUGLIELMO, Raymond. VALVERDE, Orlando. TRICART, Jean. Reflexões sobre a Geografia. São Paulo: Edições AGB, 1980, pp. 81-96.

\_\_\_\_\_. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993. 163 p.

\_\_\_\_\_. Por uma Outra Globalização: Do pensamento único à consciência universal. 6ª edição. Rio de Janeiro: Record. 2001, 175 p.

\_\_\_\_\_. Economia Espacial: Críticas e alternativas. 2ª edição. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003. 205 p.

SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia A. SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). Território: Globalização e Fragmentação. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1998. 332 p.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2001, 471 p.

SLEE, Tom. Uberização: A nova onda do trabalho precarizado. Trad. João Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2017, 320 p.

Trabalho enviado em 21 de fevereiro de 2020

Aceito em 21 de fevereiro de 2020